

Arsesp mantém multa de R\$ 83,7 milhões contra Enel

Decisão unânime considera irregular cálculo adotado pela concessionária

Da Redação

A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp) manteve a multa de R\$ 83,7 milhões aplicada à Enel Distribuição São Paulo por irregularidades nos procedimentos de faturamento das contas de energia elétrica. A decisão foi tomada pelo Conselho Diretor da agência durante reunião realizada em 12 de agosto e rejeitou, por unanimidade, o recurso apresentado pela concessionária contra a penalidade.

Com a decisão do colegiado, o processo administrativo não possui mais possibilidade de recurso dentro da esfera estadual. O caso, no entanto, ainda será analisado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que atua na regulação e fiscalização do setor elétrico e acompanha o contrato de concessão da distribuidora.

A penalidade, no valor

exato de R\$ 83.799.066,40, está relacionada a infrações identificadas nos procedimentos utilizados pela empresa para calcular e emitir cobranças de energia elétrica na área atendida pela Enel na Região Metropolitana de São Paulo. A multa havia sido aplicada anteriormente pela Arsesp e foi mantida após a análise da defesa apresentada pela concessionária de SP.

Segundo informações divulgadas sobre o processo, a penalidade corresponde a uma parcela da receita da distribuidora. O valor considerado para o cálculo da multa foi baseado no faturamento da empresa no período utilizado pela agência para a apuração das irregularidades. A sanção representa cerca de 0,45% da receita da Enel no intervalo considerado, que superou R\$ 18 bilhões entre agosto de 2024 e julho de 2025.

A fiscalização sobre o fa-



Equipe da Enel atende a chamado na zona sul de São Paulo

turamento ocorre em um cenário de recorrentes reclamações de consumidores atendidos pela distribuidora. Dados publicados pela própria Arsesp mostram que questões relacionadas à variação de consumo, entrega de faturas, débitos anteriores e cobranças estão entre os assuntos registrados nos canais de atendimento da agência reguladora.

Em relatório referente a maio de 2026, a Arsesp registrou 2.919 reclamações relacionadas ao setor de energia elétrica no Estado. A Enel São Paulo concentrou 1.540 dessas manifestações, equivalente a 52,8% do total registrado naquele mês entre as concessionárias acom-

panhadas pelo órgão. Entre os temas mais frequentes estavam falta de energia, religação, variação de consumo, ligação e entrega da fatura.

A manutenção da multa pela Arsesp ocorre enquanto a Enel São Paulo também é alvo de outros procedimentos regulatórios. Em agosto, a Aneel rejeitou recurso da concessionária em processo relacionado à continuidade de sua concessão em São Paulo. O procedimento tem como origem problemas registrados na prestação do serviço, incluindo interrupções no fornecimento e falhas no atendimento emergencial. A decisão da agência federal, porém, não representa o encerramento

imediato da concessão.

A Arsesp é responsável, por meio de convênios e atribuições regulatórias, pela fiscalização de serviços públicos no Estado de São Paulo. No setor de energia elétrica, a agência acompanha o cumprimento das normas e, também, das condições estabelecidas para a prestação dos serviços pelas distribuidoras locais.

Com a conclusão da análise na esfera estadual, a multa de R\$ 83,7 milhões permanece válida. A tramitação do caso em âmbito federal será acompanhada pela Aneel, que poderá avaliar os elementos de todo o processo dentro de suas competências regulatórias.

Editais prevê R\$ 2,33 bi para obras em Paraisópolis

Da Redação

A Prefeitura de São Paulo lançou nesta terça-feira (18) o edital para a contratação integrada do Programa Nova Paraisópolis. A licitação tem valor estimado em R\$ 2,33 bilhões e prevê projetos e obras de infraestrutura, habitação, saneamento, mobilidade e equipamentos públicos em Paraisópolis, Jardim Colombo e Porto Seguro, na Zona Sul da capital.

Segundo o edital, cerca de R\$ 1,67 bilhão será financiado com recursos da Operação Urbana Consorciada Faria Lima. O valor corresponde à arrecadação do leilão de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs) realizado em agosto de 2025.

A contratação foi dividida em três lotes: Porto Seguro e

Jardim Colombo; Paraisópolis Noroeste; e Paraisópolis Sudeste. Os contratos para as obras terão duração de 48 meses a partir da assinatura.

Entre as obras previstas está o prolongamento da Avenida Hebe Camargo, com uma ligação entre Paraisópolis e a Estação São Paulo-Morumbi do Metrô. O programa também prevê a requalificação de 40,9 quilômetros de ruas e vielas, com intervenções de infraestrutura e arborização no local.

Na área de saneamento, estão previstas redes de água tratada e esgoto para cerca de 33,2 mil famílias, além da conclusão da canalização dos córregos Antonico e Itararé e da implantação de dois parques lineares. Todo o projeto inclui, também, medidas de drenagem e ampliação



Instalação da rede de esgoto na comunidade da Zona Sul da capital

ção de áreas verdes.

No setor habitacional da região, está prevista a conclusão dos empreendimentos Sanfona e Vila Andrade, que somam 812 unidades. Em etapas posteriores do proje-

to, o programa prevê outras 2 mil moradias, priorizando famílias que vivem em áreas de risco. O edital determina também que o planejamento considere o reassentamento para reduzir deslocamentos

para fora da região.

Também estão previstas obras e reformas de equipamentos públicos. Na saúde, o projeto inclui uma UPA 24 horas, um novo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e reformas de unidades básicas. Na educação, estão planejadas duas escolas de ensino fundamental e três de educação infantil.

O programa inclui ainda um Centro Esportivo e Educacional na região com cerca de 16 mil metros quadrados e um polo cultural, esportivo e ambiental no setor do Grotão e, ainda, da Praça da Paz. Já no Jardim Colombo, está prevista a construção de um complexo multiuso.

O edital completo dá continuidade a investimentos realizados na região desde 2021 ainda em 2026.